

# **É preciso RECONSTRUIR a Fenajufe – Uma Outra Fenajufe é possível!!**

## **INTRODUÇÃO**

Entendemos que estamos em um momento da conjuntura dos mais difíceis desde que Michel Temer assumiu o governo: há impressão de que todos os problemas do Brasil se resumem ao serviço público e aos direitos sociais, haja vista os fortes ataques concretos que temos sofrido. Alguns exemplos: a EC 95, que congela o orçamento, sem a devida reposição de servidores concursados e congelamento salarial real de todo o funcionalismo federal por 20 anos, além dos gastos com Educação/Saúde; regulamentação da terceirização para toda e qualquer atividade da empresa e no serviço público; aprovação da reforma trabalhista que retira direitos e esvazia o papel histórico da Justiça do Trabalho e do Direito do Trabalho; cortes orçamentários no Judiciário Federal/MPU; e, para tentar quebrar resistências, corte de salários daqueles que lutam pelo seu direito por meio do único instrumento que o trabalhador possui que é a greve, conforme decisão do STF.

Porém, o que parecia ruim piorou com a eleição de Bolsonaro, que vem acompanhado de Paulo Guedes e Moro. Este Governo tem características ultraliberais e autoritárias/neofascistas. Ultraliberais, pois coloca o mercado como agente único de transformações, dispensando e combatendo a presença do Estado. Autoritária não só no discurso de não reconhecer a Ditadura Militar de 1964, mas com ameaças (antes, durante e depois das eleições) aos que pensam diferente do que é conhecido como Bolsonarismo. Em relação a estes dois pilares, temos que resistir!

**Mas em que isso afeta nós servidores públicos?** No aspecto econômico, além de sermos atingidos enquanto cidadãos devido à piora dos serviços públicos, temos uma política de ataque constante a nós servidores. Salários, aposentadorias, estabilidade e a pecha de que não trabalhamos são exemplos de um discurso que estigmatiza os trabalhadores do Judiciário.

Logo no início do ano, Bolsonaro anuncia em entrevista ao SBT que, “caso haja clima”, extinguiria a Justiça do Trabalho, órgão no qual laboram milhares de servidores, retirando o sustento de suas famílias. Ataca-se o único órgão no Judiciário que distribui renda no país, afetando os trabalhadores mais

humildes! E, por óbvio, a extinção será seguida de demissões. Ultraliberalismo na veia! Objetiva-se, a curto prazo, asfixiar orçamentariamente a JT, bem como retirar da competência deste órgão especializado futuras ações decorrentes de pactos da dita “carteira verde e amarela”.

Ainda seguindo a lógica ultraliberal, em fevereiro o governo apresentou a PEC 6/2019, uma deforma da previdência nunca vista na história! Dificulta (ou impede?!) a aposentadoria de milhões de brasileiros e precariza as futuras aposentadorias com o sistema de capitalização que leva idosos no Chile **a se suicidarem devido à ausência de condições para se manter na velhice**. No nosso caso, altera requisitos para as aposentadorias, como o aumento da idade mínima e o tempo mínimo de contribuição de 40 anos, além do confisco salarial de até 22% em descontos previdenciários, além de outras maldades.

Para piorar, um forte discurso ultraliberal contra qualquer fortalecimento do serviço público e de qualidade, colocando os servidores como inimigo número 1 da sociedade e tendo como perspectiva quebrar a estabilidade.

Estes são alguns exemplos do impacto do ultraliberalismo do atual governo no cotidiano do servidor.

De outro lado, a MP 873, que limita a liberdade sindical, é o maior exemplo de autoritarismo neste primeiro momento de governo. Descapitaliza sindicatos pelo país num momento de resistência à destruição da previdência, retirando o direito do trabalhador de contribuir com o sindicato da forma que entender ser mais útil à sua entidade. Sob a ótica autoritária, ainda, condena o ativismo, que é exatamente o que nós, sindicalistas, fazemos, sejam os que estão na base ou na estrutura sindical.

**E a Fenajufe com tudo isso?** Bem, nos últimos 03 anos não andou nada bem, e nós podemos mudar isso agora.

## **Fenajufe na UTI**

Nos 13 anos dos governos Lula e Dilma, a FENAJUFE tornou-se uma arena de disputa político-partidária entre dois grandes conglomerados: “cutistas”, vinculados ao PT & aliados; e “anticutistas”, vinculados à oposição de esquerda, sobretudo, CSP-Conlutas, PSTU & afins; e organizados em torno do movimento “LutaFenajufe”. Tal polarização decorre tanto da subordinação do movimento sindical à lógica da disputa político-partidária pelo aparelho sindical, quanto da

limitação do projeto sindical ao mero corporativismo. Eis o diagnóstico preliminar.

Nos últimos 3 anos, nossa federação esteve na UTI, sem capacidade de iniciativa e de coordenar as necessárias respostas aos ataques aos servidores ou mesmo propondo medidas que valorizem o serviço público. Vários elementos levaram a essa situação. Assim, por mais que discordemos da tese da desfiliação de sindicatos da Fenajufe (pois enfraqueceria ainda mais a nossa luta), entendemos o questionamento existente, ante o distanciamento da Fenajufe do dia a dia dos grandes problemas enfrentados pelos sindicatos e pelos servidores.

As disputas internas na Fenajufe durante os governos Lula e Dilma deixaram marcas para o período posterior. Setores da extrema esquerda estimularam, com uma linha política totalmente equivocada, setores mais conservadores, sem cultura sindical (e muitas vezes sequer associativa), na arena institucional sindical. Aí, num momento em que se precisava de uma relação de confiança política entre as forças da CUT e da Conlutas, com um mínimo de unidade para conduzir a Federação, nada restava, deixando a Federação sem bússola política.

Assim, com a ausência de um norte programático de atuação, seja devido a fatores pretéritos, seja devido ao péssimo Congrejufe que se realizou em SC em 2016, que não teve sequer um plano de lutas aprovado, a Federação andou de mal a pior.

Além disso, a Federação foi marcada por brigas entre as correntes políticas, resultado da forte fragmentação das chapas no último Congresso. Brigas muitas vezes com fortes conotações pessoais em detrimento de conteúdo político, tendo pouca ou quase nenhuma serventia para a luta dos servidores. A pequena política rolou solta!

Cabe destacar o forte divisionismo na Federação (inclusive com a criação de sindicato próprio no DF) e a briga entre segmentos (técnicos, analistas, oficiais) que só agradava à direção dos Tribunais, pela divisão que se criou na categoria.

Destaca-se, ainda, que **o atual grupo político da gestão do Sintrajud (Luta Fenajufe)** foi o maior vencedor (em número de votos) do último Congrejufe, em 2016. Assim, nos estranha o discurso de “oposição” deste setor, como se não tivesse responsabilidade pela “inexistência” da Fenajufe na vida dos sindicatos e trabalhadores espalhados pelo país.

Enfim, estes são alguns elementos que explicam a situação de paralisia e o fato da nossa Fenajufe estar na UTI. Não são os únicos, por óbvio. Mas vale a pena refletirmos da necessidade de “Uma Outra” Fenajufe.

## **UMA OUTRA FENAJUFE É POSSÍVEL (E NECESSÁRIA)!!**

Precisamos construir uma nova prática política. Precisamos atentar para a pouca eficácia das ações meramente performáticas que muitas vezes permeia o cotidiano dos dirigentes da Fenajufe e dos sindicatos pelo país.

Outra questão é a disputa interna por hegemonia no movimento sindical: não se trata de desvio, mas sintoma. Isso consome quase todas as nossas energias, que poderiam ser direcionadas à construção de um novo modo de organização.

Defendemos a construção de um projeto sindical alternativo, que assuma, como eixo estratégico, a democratização (interna e externa) do Poder Judiciário, bem como seja capaz de promover a renovação da prática sindical (**numa ação da base pela base**). Para além da disputa político-partidária, a construção de uma instituição efetivamente democrática e que coloque a defesa dos direitos e garantias da categoria, da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

Defendemos a necessidade de **inverter a lógica de debate da Fenajufe: primeiro, aquilo que nos une; depois, aquilo que nos divide**. Temos divergências com aqueles que dizem que a conjuntura não influencia na pauta da categoria, porém, igualmente, não temos acordo com aqueles que priorizam a divergência conjuntural em detrimento dos denominadores comuns que unificam a base. As várias ideologias têm que estar presentes na Federação, colocando, acima, o interesse e a defesa da categoria.

Além do mais, precisamos acumular, debater, refletir e lutar sobre temas-chaves para a Fenajufe, como a democratização do judiciário, a democratização sindical, desvio de função institucional de alguns cargos, saúde dos trabalhadores/as, assédio moral/sexual, campanha salarial (ou basta bravata em torno da data-base já!?), luta contra as reformas da previdência e trabalhista, entre outros temas.

De fato, ao longo da última década, a Fenajufe permaneceu estagnada e importantes debates para a categoria foram negligenciados, tais como o plano de carreira, a reforma do Estado e do Poder Judiciário, a reestruturação

produtiva/PJe, a implantação de novas tecnologias de trabalho etc. Mesmo as campanhas salariais, eleitas como pautas praticamente exclusivas em detrimento de todas as demais, também como reflexo da desorientação política, representaram a redução do projeto sindical ao mero corporativismo e economicismo, reforçando o caráter conservador de nossa categoria. As campanhas salariais, em outras palavras, mais aprofundaram nossa servidão do que ampliaram nossa liberdade.

De maneira sucinta, o projeto sindical alternativo que pretendemos construir, a partir da redefinição do eixo estratégico, deverá promover, ao menos, três mudanças fundamentais: **a)** reconfigurar o campo político, segundo uma nova forma de polarização: “**progressistas**”, i.e., defensores de mudanças estruturais para o país em âmbito social (educação, saúde, moradia, entre outros), antineoliberais, respeitando o meio ambiente e os direitos humanos; contra qualquer tipo de opressão na sociedade e/ou no Judiciário (machista, racista, homofóbica e hierárquica), além da intransigência na defesa contra a retirada de direitos sociais e d@s trabalhador@s, bem como defesa da democratização do Poder Judiciário; e “**conservadores**”, i.e., defensores da conservação da estrutura autoritária do Poder Judiciário e contrários aos pilares acima estabelecidos; **b)** assumir a tarefa de romper com o isolamento social da categoria e envolver a sociedade civil na luta pela democratização do Poder Judiciário; **c)** articular as diversas demandas da categoria em torno da desconstrução do autoritarismo e da democratização do Poder Judiciário; sobretudo, a demanda salarial.

É democratizando o Judiciário, interna e externamente, que poderemos avançar! Trata-se, decerto, de um projeto de longo alcance, ainda em elaboração e que pretendemos debater no próximo período; porém, dadas as circunstâncias, mais do que urgente e necessário! E, sim, aberto à participação democrática de tod@s aquel@s que, em pensamento e ação, forem progressistas!

Além disso, defendemos que a Fenajufe tenha prioridades no período que está por vir. Entende-se que haverá outras lutas, principalmente as aprovadas nas instâncias da categoria, mas estas que estamos propondo norteariam os esforços nos próximos 3 anos e seriam novidades em relação ao último Congrejufe, considerando fatores conjunturais ou norte estratégico. São elas: **1)** lutar, de todas as formas, contra a reforma da previdência de Bolsonaro e suas consequências, seja para impedi-la, seja para reduzir danos; **2)** lutar pela defesa intransigente da liberdade sindical e da liberdade de associação, não aceitando qualquer tipo de intervenção do Estado nos sindicatos ou punição ao exercício da atividade sindical; **3)** lutar contra o esvaziamento ou extinção da Justiça do Trabalho; **4)** lutar contra a relativização ou extinção da estabilidade; **5)** pela democratização do Judiciário (externa e internamente), conectando as lutas da sociedade civil por

um Judiciário menos autocrático e mais democrático; **6)** contra o desvio de função institucional em qualquer segmento das carreiras no PJU; e **7)** por uma luta salarial, em conjunto com o funcionalismo público (data-base), e a recomposição inflacionária com a revogação ou relativização da EC 95.

Por fim, acreditamos que a mobilização e a luta da categoria devem constituir o eixo norteador e impulsionador para os avanços acima mencionados e combater os retrocessos iniciados no governo Temer e continuados por Bolsonaro. No entanto, não podemos cair nas ciladas das bravatas. Bravatas por vezes soam bem aos nossos ouvidos e trazem aparência de solução imediata, mas só a luta real, com pedagogia do exemplo e efetivos avanços para a categoria e a classe trabalhadora, nos levarão a um outro patamar de sindicalismo e consciência na categoria!

### **Assim, nos caracterizamos por alguns princípios:**

**Autonomia e independência em relação aos Governos e partidos** – entendemos que uma Federação classista, acima de tudo, não pode se subordinar aos interesses de ocasião dos Governos ou Partidos, nem ser sua correia de transmissão, devendo se caracterizar como um movimento social autônomo e independente para decidir, lutar e trabalhar em prol da categoria e de um serviço público de qualidade;

**Não ao aparelhamento sindical** – somos contra o aparelhamento que é realizado em sindicatos pelo país, seja politicamente, seja financeiramente; isto não significa que somos a favor de um sindicato meramente corporativo, pois entendemos que a entidade sindical deve estar ligada e interligada às lutas gerais da classe trabalhadora e dos demais movimentos sociais. No entanto, para isso, faz-se necessário respeitar os espaços de assembleias da categoria, trazendo para a democracia interna (conselho de base ou assembleia) decisões de apoios financeiros ou políticos a causas sociais (sempre que assim fizer), não havendo “cheque em branco” para a diretoria decidir sobre estes pedidos.

**Pela retomada do trabalho de base, a partir de um método diferente e alternativo** – primeiramente, faz-se necessário retomar o trabalho de base que foi abandonado por boa parte da atual gestão da Fenajufe, reaproximando a categoria da nossa entidade sindical. Além disso, não podemos repetir erros do passado, em que o trabalho de base nada mais era do que um instrumento para levar a “luz e a verdade” aos colegas de trabalho, não permitindo, assim,

convencer e ser convencido, numa atitude paternalista de “vanguarda”. Retomar o trabalho de base é essencial, mas sem repetir erros do passado.

**Mobilização e negociação – contra o tudo ou nada** – acreditamos que a mobilização e a luta na categoria devem constituir o eixo norteador e impulsionador para o fortalecimento do serviço público e de qualidade. Bravatas por vezes soam bem aos nossos ouvidos e trazem aparência de solução imediata, mas só a luta real, com pedagogia do exemplo e efetivos avanços para a categoria e a classe trabalhadora nos levarão a um outro patamar de sindicalismo e consciência na categoria. No entanto, ressaltamos que a negociação faz parte da política sindical, em especial no funcionalismo público, em que não existe dissídio coletivo/convenção coletiva/acordo coletivo, bem como devido à relativização do direito de greve após decisão desastrosa do STF. Assim, defendemos a mobilização como instrumento concreto de elevação do nível de consciência da categoria e de participação democrática nos rumos da carreira, bem como instrumento efetivo de ganhos, sendo a negociação parte disso, para que não fiquemos na política do tudo ou nada;

**Contra a exclusividade de campanhas salariais** – na última década a Fenajufe se restringiu a se engajar numa campanha salarial em detrimento das condições de trabalho e de saúde do dia a dia, bem como da reestruturação produtiva com a chegada do PJe nas nossas vidas, entre outros temas. Assim, deixam-se de lado questões do cotidiano dos servidores, em especial dos fóruns não centrais e do interior, para se engajar apenas e exclusivamente em campanhas que fortalecem o sentimento de individualidade interno na categoria nos fóruns da capital (Ruy Barbosa e Fóruns da Federal na Paulista). Faz-se necessário reaproximar a Fenajufe da base, e isso só vai ocorrer aliando uma boa luta de reposição inflacionária com uma discussão de carreira, tendo como eixo norteador uma melhor qualidade de vida.

**Pela democratização da máquina sindical - Fenajufe** – a Fenajufe precisa de mais democracia interna, utilizando os meios tecnológicos ao nosso dispor para aprofundarmos nisso.

Assim, por mais que se entenda o debate de fundo a respeito da majoritariedade na Federação, não será com essa mudança que iremos resolver o problema de fundo da Fenajufe. Estaríamos dando aspirina a um enfermo terminal! É na política que resolveremos, com um novo norte programático, com unidade de ação na luta, apesar das diferenças que existem (e existirão), colocando o interesse dos servidores e dos trabalhadores acima disso.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, defenderemos que “Uma Outra Fenajufe É Possível” no Congrejufe. Uma Fenajufe mais democrática, plural, que coloque o interesse e a defesa do servidor acima das análises de conjuntura, mas sem desprezar a análise de conjuntura como algo menor.

Uma Fenajufe que tenha Unidade para lutar e resistir a todos os ataques que virão, mas não só com chamados, vazios, em torno da unidade; e sim, com pedagogia do exemplo, construindo denominadores comuns em torno de um norte programático.

Uma Fenajufe que resista ao neoliberalismo e ao autoritarismo presentes no atual governo. Isso não só porque nos afeta diretamente enquanto trabalhadores do Judiciário, mas também porque queremos um Brasil melhor para nós e para as futuras gerações.

De fato, precisamos construir uma nova prática política e a construção de um projeto sindical alternativo, que assuma, como eixo estratégico, a democratização (interna e externa) do Poder Judiciário, bem como seja capaz de promover a renovação da prática sindical (**numa ação da base pela base**), para além da disputa político-partidária, a construção de uma instituição efetivamente democrática e que coloque a defesa dos direitos e garantias da categoria, da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

### **ASSINAM (em ordem alfabética):**

- 1 – Alice Quintela Lopes Oliveira - TRT;
- 2 – Ana Luiza Ferreira – TRE;
- 3 – Eveline Davi de Lima – TRE;
- 4 – Flavio Conrado Junior – Aposentado/ Militar;
- 5 - Neemias Ramos Freire - TRT;
- 6 - Rafael Molina Vita - JEF;
- 7 – Simone dos Santos Oliveira - TRT;
- 8 – Thiago Duarte Gonçalves - TRT;
- 9 – Wagner Garcez - TRT;